

Veto Total nº 187/22

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

18 OUT 2022

428-2847-e
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência
Recebido em: 19/10/2022
Hora: 16:13
Assinatura

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
18 OUT 2022
Protocolo: 189/22
Processo: 189/22

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AO EXPEDIENTE
1º Secretário

Presidente

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

101
Folha
1
MENSAGEM Nº 190, DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Fredson Teixeira Pereira
Secretário

Gabinete da Presidência
SECRETARIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

9h 28 min
17 OUT 2022

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de **Servidor nome legível** Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, que "Acresce o art. 12-A e revoga o art. 12, do Decreto-Lei nº 34, de 7 de dezembro de 1982, que 'Dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.'", encaminhado a este Executivo por intermédio da Mensagem nº 278, de 22 de setembro de 2022.

Nobres Deputados, o Autógrafo de Lei nº 1697, de 22 de setembro de 2022, em síntese, visa revogar o art. 12 e acrescentar o art. 12-A ao Decreto-Lei nº 34, de 1982, cuja redação se refere à deliberação, em sessão secreta, do Conselho de Disciplina. **Contudo, vejo-me compelido a vetar totalmente o supramencionado texto constante no Projeto de Lei, uma vez que há expediente na Secretaria Legislativa, pendente de aprovação pela Casa de Leis, o novo Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado, o qual revogará o Decreto-Lei nº 34, de 1982, e o Decreto nº 13.255, de 13 de novembro de 2007. Vale frisar, também, que tal projeto viola a Constituição do Estado, ao adentrar na competência legislativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, bem como está vedado pelo ano eleitoral e não pode existir violação ao contraditório e ampla defesa no texto objeto de revogação.**

A priori, cumpre esclarecer que o Decreto-Lei nº 34, de 1982, que é objeto do projeto de lei em pauta, está na eminência de sofrer revogação, tendo em vista estar em trâmite processo que trata da aprovação do Código de de Ética e Disciplina - CED dos Militares do Estado. Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC manifestou-se contrária à proposta, a fim de **evitar antinomia jurídica**, ou seja, uma vez aprovado o CED, não haverá necessidade de acrescentar e revogar apenas o art. 12 do Decreto-Lei nº 34, constante no supramencionado Autógrafo de Lei, pois restará revogado todo o conteúdo desse Decreto-Lei.

Ademais, que há vedação quanto ao ano eleitoral, haja vista ser proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, conforme § 10º do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504, de 1997 - Lei das Eleições.

Ressalto aos Senhores, **que diferentemente do que foi justificado na Propositura o texto original não apresenta nenhuma violação ou ilegalidade constitucional**, ao contrário, a sessão secreta somente é realizada após a concessão do prazo para o contraditório e ampla defesa. Além disto, se faz essencial mencionar que proposta em si, ao pretender anular todos os julgamentos realizados nos últimos 10 (dez) anos, fere, por fim, o princípio da segurança jurídica, de processos balizados pelos princípios do contraditório e ampla defesa.

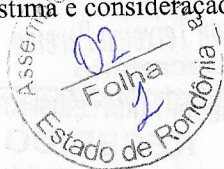
Ainda, vale destacar sobre o que tema que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio da 1ª Câmara Especial, ao apreciar apelação dos autos nº 0024403-56.2014.8.22.0001, no qual as partes pretenderam a nulidade do processo administrativo em razão de julgamento em sessão secreta do Conselho de Disciplina, firmou entendimento unânime no sentido de que o julgamento em sessão secreta do Conselho de Disciplina para deliberar sobre punições no âmbito militar não configura ilegalidade, sustentando que o relatório deliberado consubstancia em parecer de cunho meramente opinativo, sem efeito vinculante em relação às autoridades com competência decisória, quais sejam, o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Governador do Estado.

Informo, ainda, que a matéria em questão usurpa a competência privativa do Poder Executivo em legislar sobre a temática, conforme expresso no inciso I e alínea "b" do inciso II do §1º do art. 39, em consonância com o inciso XVIII do art. 65, ambos da Constituição do Estado de Rondônia, bem como em violação ao disposto no art. 7º da Constituição Estadual e ao art. 2º da Constituição Federal, configurando, assim, inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei.

Destarte, averigua-se que o Autógrafo em questão **padece de inconstitucionalidade formal orgânica, porquanto invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual e por ser inviável a aprovação, tendo em vista tramitação do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado que já abrange o assunto em**

foco, bem como por violar a Lei Eleitoral e por não existir vício de ilegalidade quanto ao princípio do contraditório e ampla defesa.

Certos de ser honrado com a elevada compreensão de Vossa Excelência e, consequentemente, com a pronta manutenção deste **Veto Total**, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.



MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 14/10/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0032734107** e o código CRC **78595AD7**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0005.071397/2022-98

SEI nº 0032734107

